



CONSELHO DE AUTORIDADE PORTUÁRIA DO PORTO DE IMBITUBA (SC)

ATA DA 185ª REUNIÃO (ORDINÁRIA)

Local e Data: No dia 26 de março de 2009, às 9h, na Sala de Reuniões da Companhia Docas de Imbituba.

Presentes: Além do Presidente, Gilberto Barreto da Costa Pereira, os Conselheiros ao final desta Ata nominados e identificados, de acordo com as respectivas representações.

Convidados: Estiveram presentes nesta reunião: Carlos A. Kalaf, Capitania dos Portos em Laguna, Alex Ghisi Zapelini; Antonio Carlos Zapelini; Carlos Augusto Menezes, Gerente Comercial da Ferrovia Tereza Cristina; Antônio Carlos Bandeira Guimarães Filho, Diretor da CRB Bom Retiro; Luiz Antônio da Silva, funcionário da CDI; Jesiel Oliveira Antulino, Câmara de Vereadores; Rogério Campos; Antônio Roz de Souza; Armando Piamolini Júnior; Irmãs Maria Claudete Weber e Giulia Siboni, ambas do Hospital São Camilo; Dorlin Nunes Júnior, Vereador de Imbituba e Chefe do Departamento Administrativo do Porto de Imbituba; José Antônio Latrônico Filho, CREA/SC; Elisabete Coutinho e Maria Thereza Viana, Informativo dos Portos e Bruno Antonio Resmini Figurelli, Superintendente da Tecon Imbituba.

Constatado quorum, o Presidente cumprimentou os presentes e passou à Ordem do Dia:

1. ANÁLISE E APROVAÇÃO DA ATA DA 184ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Colocada em discussão pelo Presidente, foi aprovada a ata da Reunião Ordinária nº 184.

2. DESEMPENHO DO PORTO DE IMBITUBA NO PERÍODO (JAN e FEV/2009)

Relatórios de JAN/2009 e FEV/2009: foram comentados pelo Administrador do Porto, quanto a ESTATÍSTICA DE CARGA E NAVIOS, as RECEITAS E DESPESAS e as ATIVIDADES PORTUÁRIAS.

Programa de Arrendamento de Instalações Portuárias: o Conselheiro Jeziel Pamato informou que o arrendamento do Terminal de Fertilizantes continua sob a análise da ANTAQ e nesta semana o engº Gilberto Barreto esteve naquela Agência para Audiência Pública que visa atualizar a Resolução nº 55/2002 (normas de arrendamento). Quanto aos demais arrendamentos continuam suspensos, no aguardo das definições da ANTAQ sobre o Terminal de Fertilizantes, cuja previsão é ser publicado dentro de 60 dias.

Segundo o Presidente do CAPPI, a ANTAQ quer ampliar a aplicação da norma e torná-la mais dinâmica. Adiantou que recentes manifestações do TCU sobre arrendamentos já realizados no Porto de Imbituba estão sendo incorporadas nos novos arrendamentos, como o do Terminal de Fertilizantes, cuja minuta de Edital deverá ser entregue à ANTAQ na próxima terça-feira.

Programa de Conformidade: O Presidente lembrou ofício do CAPPI à CDI (com cópia aos Conselheiros) solicitando incorporar ao relatório mensal ao CAPPI informações sobre o cumprimento, pela CDI, de exigências legais essenciais para o funcionamento do porto.

Sobre o assunto o Administrador do Porto informou que o PROGRAMA DE CONFORMIDADE visa exatamente o cumprimento pela CDI das exigências das autoridades intervenientes na atividade portuária e apresentou (i) o Ato Declaratório Executivo da Receita Federal do Brasil, de 2002, que alfandegou o Porto de Imbituba; (ii) a Declaração de Cumprimento do ISPS Code, emitida pela CONPORTOS; (iii) o Atestado de Funcionamento emitido pelo Corpo de Bombeiros; e (iv) as Licenças Ambientais de Operação, de Dragagem, do Terminal de Soda Caustica, das obras do Molhe de Abrigo e de Ampliação do Cais emitidas pela FATMA.

O Presidente do CAPPI solicitou que qualquer alteração nessas licenças sejam informadas aos Conselheiros, bem como o resultado de auditorias das autoridades intervenientes.

O Conselheiro Norbert Buschhausen perguntou se não seria interessante o porto possuir a Certificação ISO 9000 e 14000, ao que o Conselheiro Presidente argumentou que somente agora o Porto está conseguindo sair da enorme crise dos últimos anos e que sem dúvida um dos objetivos é obter a Certificação ISO, com o que concordou o Administrador do Porto.

3. PROPOSTA DE ORÇAMENTO DO PORTO DE IMBITUBA PARA 2009

O Conselheiro Jeziel Pamato entregou cópia do Orçamento de 2009 da Administração do Porto e eventuais sugestões dos Conselheiros serão apresentadas na próxima reunião.



4. TAXA ESPECIAL DE DRAGAGEM

O relator, Conselheiro Santos Pacheco Alves, entregou ao Presidente cópia dos relatórios sobre o desempenho do ano de 2008 e o período de janeiro e fevereiro de 2009, sobre os quais prestou esclarecimentos. O relatório está à disposição dos Conselheiros na Secretaria do CAPPI.

Na seqüência, o Conselheiro Jeziel informou que, na forma do que estabelece a Lei 8.630/1993, foi estabelecido, sob coordenação da Capitania dos Portos, o novo Calado Máximo Recomendado para o Porto de Imbituba, permitindo que, com marés acima de 0,50 m de amplitude, navios trafeguem no Canal de Aproximação com calado de até 11,30 m. Para a maré de 0,00 m (DHN), os seguintes calados máximos foram estabelecidas: Bacia de Evolução, 10,80 m; Berço 1, 8,90 m; Berço 2, 8,40 m; e Berço 3, 11,20 m. Ressaltou que com os trabalhos de dragagem que estão sendo realizados, acredita que em breve teremos um calado de 11,30 mesmo para a maré zero, de referência da Diretoria de Hidrografia e navegação, da Marinha do Brasil.

5. ADICIONAL TARIFÁRIO DO PSPP – PLANO DE SEGURANÇA PÚBLICA PORTUÁRIA

O relator, Conselheiro Santos Pacheco Alves, entregou ao Presidente cópia do relatório sobre o desempenho do ano de 2008 e no período de janeiro e fevereiro de 2009, sobre o qual prestou esclarecimentos.

A seguir, o Presidente Gilberto Barreto prestou contas das ações junto à ANTAQ, que se manifestou contrária à prorrogação da vigência do Adicional Tarifário, apesar das solicitações do CAPPI e da Administração do Porto para manutenção da taxa. A ANTAQ propôs estudar a incorporação da taxa à Tarifa do Porto, o que está sendo providenciado pela CDI. Em face da exigência da ANTAQ de sustação imediata da cobrança, o Presidente pôs em votação a revogação da Deliberação CAPPI n.º 002/2008, de 15/08/2008, tendo o voto favorável de todos os Blocos. A revogação se dará pela Deliberação CAPPI n.º 001/2009, com publicação prevista para 01/04/2009, quando a CDI sustará a cobrança do Adicional Tarifário do PSPP.

Sobre a devolução do empréstimo aos operadores portuários, o Conselheiro Jeziel Pamato informou que provavelmente será criado um programa de devolução, a ser apresentado à Diretoria da CDI. O Conselheiro Pedro Kuzniecowa sugeriu que o saldo existente na conta do Adicional Tarifário seja utilizado para saldar alguns empréstimos.

O Presidente opinou que esse não é o momento, pois o Porto ficará sem essa receita e as despesas com a manutenção do ISPS continuarão ocorrendo. Concorde com a criação de um programa de devolução, a partir do reajuste tarifário, e que este seja discutido entre a Administração do Porto e os credores. Sugeriu que a Comissão continue acompanhando o assunto até a liquidação do empréstimo, com o que todos os Conselheiros concordaram, continuando o saldo da conta destinado ao custeio da manutenção dos sistemas do ISPS Code.

6. PROPOSTA DE AJUSTES NA PAUTA DE ASSUNTOS PENDENTES

O Presidente informou que foram remetidos ofícios aos relatores das Comissões do CAPPI para que atualizassem, através de relatório, o andamento dos trabalhos das mesmas.

6.1. Atualização da Norma de Pré-Qualificação:

O Presidente disse que a atualização da Norma paralisou no item Seguro, em virtude de alguns operadores portuários já possuírem seguros e outros não. Algumas tratativas ocorreram mas nada ainda foi resolvido. Disse que o porto e os operadores estão na eminência de sofrer multa por parte da ANTAQ. Sugeriu que as partes voltem a conversar sobre o assunto.

A Conselheira Maria Zilá disse que hoje à tarde se reunirá com o Sindicato dos Operadores (SOPIM) e adiantará o assunto, para um posterior encontro específico sobre o tema.

6.2. PDZ Contextualizado:

O Presidente disse que para concluir este trabalho será necessário finalizar, antes, o estudo ora em andamento sobre os novos acessos viários ao Porto e promover nova análise estratégica sobre o desenvolvimento do porto e seu arranjo físico, pois os dados disponíveis estão defasados, em consequência de todas as intervenções que já estão em andamento. Propôs que a Comissão do PDZ paralise seus trabalhos até que a Administração do Porto



encaminhe ao CAPPI a proposta de projeto dos novos acessos, o novo leiaute das instalações portuárias, sendo necessário, também, contratar a elaboração do novo estudo macroeconômico para orientar as definições sobre o futuro do porto.

O Conselheiro Norbert Buschhausen, destacou a importância do Porto de Imbituba possuir um Plano Diretor, que oriente o seu desenvolvimento, e não apenas um desenho com a planta das instalações existentes e áreas disponíveis.

Ainda como parte do tema “desenvolvimento do porto” e necessidade de integração com a cidade e a comunidade de Imbituba, o Presidente Gilberto Barreto propôs que o Grupo de Trabalho do Hospital São Camilo seja alterado e passe a constituir uma Comissão de Relações com a Comunidade, onde nela serão tratados assuntos referentes ao Hospital, Acessos, Meio Ambiente, entre outros assuntos relacionados entre porto e cidade.

O relator do Grupo de Trabalho do Hospital, Conselheiro e Prefeito Municipal José Roberto Martins disse que os trabalhos se encerram agora, com a entrega do relatório. Sugeriu que haja uma junção entre esse GT e a Comissão e a do PDZ. Com relação ao tráfego em Imbituba ressaltou que muitos trabalhos já estão sendo realizados e outros estão prontos, e concorda com a importância do tema.

O Conselheiro Ruy França, por sua vez, disse que essa comissão tem que ser forte, pois a integração deverá ser feita não apenas com o Município, mas também com o Estado e o Governo Federal, pois o impacto será grande e com certeza haverá necessidade de recursos e investimentos.

O representante do Governo Municipal, Conselheiro José Roberto Martins, sugeriu que para essa Comissão não haja limite de participantes.

Após ampla discussão, o Colegiado decidiu que a Comissão de Relações do Porto com a Cidade será constituída pelos Conselheiros José Roberto Martins, pelo Bloco 1, que a presidirá; Maria Zilá de Souza Gil e Ruy França Neto, pelo Bloco 2; Albert Pacheco Ramos e Valdir Rodrigues, pelo Bloco 3 e Pedro Kuzniecowa e Alisson Vitor Forti da Silva, pelo Bloco 4.

Os trabalhos serão conduzidos junto com a Administração do Porto de Imbituba e os demais representantes do Poder Público. O nome da Comissão será revisto pela própria Comissão, e será apresentada na próxima reunião deste Conselho, quando será formalizada sua constituição.

6.3. Regulamento de Atracação do Porto:

Sobre este tema, o Presidente do CAPPI, Gilberto Barreto, foi enfático ao destacar que o que realmente importa, no estabelecimento de normas de atracação, é o interesse do Porto de Imbituba, como público a serviço de toda uma comunidade de brasileiros, na sua zona de influência, que esperam dele melhor desempenho e custos adequados ao incentivo do comércio e do desenvolvimento. E que defenderá este interesse público acima de quaisquer outros. Destacou que as obras em andamento no porto deverão entregar mais um berço, operacional já em novembro próximo e que não considera viável uma mudança provisória de normas por tão curto prazo de tempo, devendo ser melhor estudada em face dos novos cenários para o Porto.

O Conselheiro Jeziel Pamato, Administrador do Porto, fez uma retrospectiva dos trabalhos da Comissão e confirmou que o cenário hoje é outro, com a dragagem de aprofundamento já quase concluída e com a própria obra de ampliação do cais em andamento. Concorde que a Norma de Atracação deve ser atualizada, mas com outro contexto, e que haja uma análise mais aprofundada na mesma. Sugeriu que no momento não se faça alteração.

O relator da matéria, Conselheiro Pedro Kuzniecowa, disse que a norma precisa ser revista, com urgência, concorda que não tem havido conflito, mas acha também que não devemos esperar que ocorra, para que se tome uma providência.

Disse que o trabalho realizado pela comissão foi louvável e para não menosprezar os trabalhos da mesma, que a minuta das novas regras de atracação seja reenviada aos Conselheiros.

O Conselheiro Jeziel disse que a norma que está em vigência está confortável e quem administra essa situação é a própria Administração do Porto, por isso propôs que a mesma seja levada a alteração, em outra situação, com alterações, também, mais abrangentes.



O Conselheiro Pedro sugeriu que o Conselho se manifeste sobre o assunto e decida pela continuidade ou não dos trabalhos da Comissão.

Após amplo debate, decidiu-se que a minuta da Norma de Atracação será reenviada aos Conselheiros, para manifestação e sugestões, que deverão ser enviadas à Secretaria do CAPPI até o dia 09/04/2009. A comissão se reunirá após esta data para tratar do assunto, havendo outros Conselheiros interessados em participar dos debates.

7. COMISSÃO HOSPITAL SÃO CAMILO:

O Presidente falou da importância do Hospital São Camilo para o Município de Imbituba e região. Disse que o CAPPI não tem competência para aprovar taxas, quem faz isso é a ANTAQ. O relator da matéria, Conselheiro José Roberto Martins, apresentou e leu o relatório da Comissão. Disse que todos são sabedores que não é competência do CAPPI aprovar taxas, mas acredita que o CAPPI, por ser constituído por vários segmentos, é o foro ideal para a discussão deste assunto.

A seguir, o representante do Governo Municipal passou a relatar a situação do Hospital São Camilo, a importância do mesmo para a cidade e região, e o caos que ocorrerá caso o mesmo feche suas portas. Relatou, ainda, que a direção do hospital não tem mais condições de administrá-lo se continuar como está.

O Conselheiro José Roberto informou que está sendo criada uma comissão, com a participação de vários segmentos do município, para preparar a transição da administração do HSC para o Poder Público, o qual também não tem condições de administrá-lo, sendo assim, se não houver uma decisão urgente, o mesmo será fechado.

Há um pedido de apoio junto ao Ministério Público Federal para que consiga recursos dos municípios vizinhos de Imaruí e Garopaba, pela utilização do Hospital pela sua população. A seguir, passou a explicar sobre a criação da taxa, por intermédio do SOPIM.

A Irmã Maria Claudete Weber, Diretora do Hospital, prestou alguns esclarecimentos sobre o funcionamento, recursos técnicos e desempenho financeiro daquela instituição.

Após ampla discussão sobre o assunto ficou decidido que a Conselheira Maria Zilá de Souza Gil convocará uma reunião do OGMO para tratar do assunto, à qual convidará o Prefeito e a CDI. Solicitou que o CAPPI faça uma correspondência apoiando a decisão da Comissão.

8. ASSUNTOS GERAIS

O Conselheiro Norbert Buscchauen indagou sobre providências a respeito do ofício do Sindicato dos Trabalhadores Portuários ao CAPPI, na sua última reunião, a respeito da conservação dos guindastes. O Presidente respondeu que o tema foi levado pelo Administrador do Porto à Seção de Gestão de Meio Ambiente e Trabalho Portuário do Porto de Imbituba, que solicitou vistoria e laudo por profissional especializado, os quais serão abordados com a empresa que explora o serviço de guindastes e informado ao CAPPI.

Não havendo mais manifestações, o Presidente deu por encerrada esta reunião e solicitou que a Secretária Executiva do CAPPI, Rejane Kalfeld, redigisse a presente Ata para submetê-la à aprovação e assinatura dos Conselheiros, na próxima reunião, marcada para o dia 23 de abril de 2009, quinta-feira, às 9h, na sala de reuniões do Conselho.

CONSELHEIROS TITULARES:

Bloco do Poder Público

Gilberto Barreto da Costa Pereira
Governo Federal - Presidente

José Roberto Martins
Governo Municipal

Bloco dos Operadores Portuários

Jeziel Pamato de Souza
Administração do Porto

Ruy França Neto
Titulares de Instalações Privadas

Maria Zilá de Souza Gil
Demais Operadores Portuários



Bloco dos Trabalhadores Portuários

Valdir Rodrigues
Trabalhador Portuário Avulso

Dalmir Anselmo da Silva
Trabalhador Portuário Avulso

José Amílcar da Silva
Demais Trabalhadores Portuários

Albert Pacheco Ramos
Demais Trabalhadores Portuários

Bloco dos Usuários dos Serviços Portuários e Afins

Alisson Vitor Forti da Silva
Exportadores e Importadores de Mercadorias

Pedro Kuzniecowa
Proprietários e Consignatários de Mercadorias

Santos Pacheco Alves
Proprietários e Consignatários de Mercadorias

Norbert Karl Buschhausen
Terminais Retroportuários

CONSELHEIROS SUPLENTE:

Claudionor Nilson Horácio
Governo Municipal
Bloco do Poder Público

Cândido Pedro Jorge
Administração do Porto
Bloco dos Operadores Portuários

Gervásio Lauschner
Demais Operadores Portuários
Bloco dos Operadores Portuários

Mário Cozza
Proprietários/Consignatários de Mercadorias
Bloco dos Usuários dos SV. Port. E Afins

Sérgio Augusto Costa
Proprietários/Consignatários de Mercadorias
Bloco dos Usuários dos SV. Port. E Afins

Rejane de Abreu Pires Kalfeld
Secretária Executiva do CAPPI